

Engajamento Social na Interface: A Deontologia do Jornalismo Redeviva no Trabalho com Educomunicação¹

Bruno de Oliveira FERREIRA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O presente artigo aborda aspectos de uma pesquisa de mestrado em andamento acerca do trabalho de jornalistas que atuam na perspectiva da educomunicação, a fim de problematizar o emprego do repertório e das subjetividades desses profissionais em contextos educativos, voltados especialmente ao desenvolvimento social. Nesse sentido, observamos profissionais em atividade de trabalho em quatro diferentes iniciativas e destacamos depoimentos que concederam acerca de suas atividades laborais na interface com a educação. Foi possível constatar que o trabalho com educomunicação, em vez de deslocar o jornalista de sua carreira, reforça seu compromisso com um jornalismo engajado na transformação da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; educação; trabalho; educomunicação; transformação social.

Introdução

Muitas são as críticas direcionadas ao jornalismo contemporâneo, sobretudo ao exercido pelos meios de comunicação de massa e grandes conglomerados comunicacionais que, por seu poder e abrangência, acabam por homogeneizar práticas e procedimentos que se legitimam como “o jornalismo”, isto é, o único possível de ser exercido. No entanto, esse desempenho é apenas uma versão distorcida do jornalismo originário, comprometido com a expansão de ideias e do aprimoramento do debate acerca de questões públicas, provocado no contexto da Revolução Francesa, que deu fim ao absolutismo monárquico e, conseqüentemente, ao monopólio da informação pela Igreja Católica (MARCONDES FILHO, 2000).

Em tempos de crise do jornalismo, em que a carreira vê-se desprestigiada no Brasil, especialmente em razão da queda da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão, perdida em meio aos avanços tecnológicos e refém dos interesses políticos e econômicos de grupos dominantes (MARQUES DE MELO, 2012), o ideal do jornalista que entende ter um papel público e mediador da reflexão acerca da realidade resiste numa

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Ciências da Comunicação da ECA/USP, e-mail: brunoferreira.contato@gmail.com.

espécie de periferia jornalística que, embora reúna profissionais que problematizam a hegemonia, não consegue firmar-se como contraponto às ideias dominantes, por não ter o mesmo alcance que a imprensa comercial. Nessa “periferia”, porém, o trabalho jornalístico se reinventa e incorpora outros aspectos: traduz-se como atividade política, quando exercido na imprensa sindical ou em coletivos de mídias que acompanham e dão espaço a grupos minoritários e movimentos sociais, ou ainda traduz-se como prática educativa, quando voltado à formação de sujeitos sociais, estimulados nesse contexto ao exercício da liberdade de expressão e direito à comunicação. É nesse sentido que o jornalista que trabalha na perspectiva da educomunicação se converte também em educador ou gestor de processos comunicativos/educativos, empregando habilidades e sensibilidades para que não encontram espaço na imprensa tradicional, que converte a notícia em mercadoria e limita esse profissional a relator autômato e acrítico de fatos sociais.

Nessa atuação híbrida é que muitos profissionais desiludidos com o serviço prestado pelo jornalismo às lógicas de mercado e aos interesses políticos dominantes enxergam a oportunidade de finalmente empregarem sua sensibilidade e repertório humanístico em prol da transformação social e em contribuir para a ampliação da consciência da sociedade acerca de questões públicas, libertando-se do automatismo imposto pelas lógicas de produção e desenvolvendo uma atividade de trabalho em diálogo com seus valores e princípios. Nesse sentido, discutiremos a seguir a relação sujeito social e trabalho, a fim de compreender o que mobiliza um jornalista a empregar-se numa perspectiva educativa e voltada ao desenvolvimento social.

O ser social e o trabalho

György Lukács (2013) entende que o trabalho constitui a ontologia do ser social. O ser, para o autor, relaciona-se com a vida real, nela intervindo e transformando-a, sendo, nesse agir, transformado em sua condição humana. Nesse sentido, o trabalho é uma atividade que exerce mediação na vida do ser, situando-se entre necessidade e realização da necessidade, tornando-se referência ontológica na práxis social (ANTUNES, 2001), que aprofunda a humanização do ser humano.

É nessa mediação que incide a característica primordial do trabalho: seu pôr teleológico (LUKÁCS, 2013), isto é, uma atividade que persegue uma finalidade, da qual o ser humano possui consciência. Este responde à necessidade com o trabalho, indagando-

se, nesse processo, sobre os meios adequados para atingir sua finalidade, isto é, para operacionalizar a vida, a partir das provocações que a realidade cotidiana o faz. Trata-se, portanto, de um processo consciente, em que o ser pensa antes, durante e após a atividade de trabalho, avaliando-a, aperfeiçoando-a e ressignificando-a.

No entanto, na contemporaneidade, o modelo taylorista-fordista e suas derivações contemporâneas de racionalização do trabalho acabaram por afastar o sujeito dessa perspectiva ontológica, provocando um estranhamento no trabalhador que não conhece o seu próprio trabalho, mas apenas a especificidade de sua função dentro da cadeia produtiva (ANTUNES, 2001). Essa alienação acontece num contexto de transnacionalização do capital, o que reflete diretamente no mundo do trabalho, acentuando suas contradições e fragmentações, complexificando-o.

Ambos os sistemas corroboram com a perspectiva de educação bancária de Paulo Freire, que limita o ser social a um indivíduo obediente e mecânico, destituindo-lhe de sua capacidade criativa e interventiva na realidade, pois, para o autor, “a questão está em que pensar autenticamente é perigoso. O estranho humanismo desta concepção ‘bancária’ se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de *ser mais*” (FREIRE, 2011, p. 85).

Uma vez que Freire é uma das principais referências epistemológicas da educomunicação e que suas ideias dialogam com a perspectiva de Lukács acerca do trabalho – seu pôr teleológico e a consciência que este requer dos sujeitos em atividade – também a educomunicação pode ser entendida como um “pôr teleológico”, em que a reflexão se vincula à ação crítica na realidade, sendo o par reflexão/ação responsável pela transformação social, que é finalidade da atividade educacional. Neste âmbito, o jornalista propõe atividades e a elas se dedica num processo constante de reflexão e prática, orientadas por princípios que defendem o trabalho colaborativo e que dialogam com aspectos processuais importantes para que a atividade seja transformadora de dentro para fora, isto é, que o seu processo interno de execução e gestão seja coerente com a proposta que o projeto educacional defende e estimula para seus beneficiários.

É o pôr teleológico que insere o homem na categoria social, em que o processo de trabalho e as alternativas que este envolve fazem dele um ser transformador, que tem no trabalho não uma atividade mecânica e definida, mas um processo que envolve ações sempre inéditas. Por essa razão, é violento limitar o ser ao mecanicismo dos sistemas laborais de uma cadeia produtiva, lógica à qual, hegemonicamente, o trabalho do

jornalista é também submetida. A esse tipo de trabalho, o ser humano reage, encontrando alternativas, isto é, modos de colocar-se na atividade, de empregar sua subjetividade, sua condição de sujeito. Dito de outro modo, o ser social encontra alternativas para resistir a opressões existentes em alguns *modus operandi* do mundo do trabalho, que tentam cancelar a personalidade do sujeito, desde renormalizar regras impostas nos ambientes de trabalho a renunciar a postos que estejam em desacordo com valores e desejos do profissional.

Nesse sentido, a abordagem ergológica, que busca compreender a materialidade a partir da qual se forma a subjetividade humana e a maneira que esta dialoga com a atividade executada pelo sujeito no mundo do trabalho, contribui para a compreensão dos processos de como o trabalhador emprega sua subjetividade em suas atividades laborais, por mais que estas oprimam sua condição de sujeito, de autor.

Yves Schwartz (apud Fígaro, 2008) entende o sujeito na abordagem ergológica como corpo-si, isto é, tudo o que constitui o ser vivo em sua singularidade, formada a partir de suas relações sociais e de sua herança sócio-histórica-cultural. O corpo-si é, portanto, físico, histórico, emocional, psíquico, âmbitos que compõem ontologicamente o ser. Por isso, o autor entende o trabalho como singular, uma vez que é produção do corpo-si e de todas as subjetividades que este envolve.

Na atividade de trabalho, o corpo-si revela-se como ser particular e ser social. O repertório adquirido historicamente manifesta-se na atividade de trabalho, na qual o ser realiza a gestão de si mesmo, isto é, de suas potencialidades, de sua sensibilidade e intelectualidade, deixando em segundo plano as normativas do próprio mundo do trabalho, que tenta formatar o sujeito às diferentes situações laborais. Nesse movimento do sujeito por realizar-se no trabalho e por realizar o trabalho, há uma permanente tensão entre seguir e “trair” a prescrição, renormalizando-a numa atividade singular. Entendemos, assim, que as práticas de educomunicação representam a renormalização de muitos procedimentos do mundo do trabalho do jornalista, readequadas em uma lógica diversa à hegemônica, que desconsidera as singularidades dos indivíduos sociais.

Crise do jornalismo e novos arranjos laborais

Marques de Melo (2012) afirma que o jornalismo está em crise no século XXI. Seus profissionais defrontam-se com um cenário de precarização do trabalho, com redações cada vez mais enxutas e que exigem um profissional polivalente e veloz, capaz

de executar inúmeras tarefas relacionadas à produção noticiosa em curto espaço de tempo, além de desmotivar-se com o desprestígio que a profissão tem recebido ao longo da última década, em especial com a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

Soma-se a esse contexto certa frustração por parte desses profissionais que, ao ingressarem no ensino superior, acreditavam em um jornalismo capaz de transformar a sociedade, diferente deste que é hegemonicamente exercido nos maiores e mais poderosos meios de comunicação do país, que tratam a notícia como mercadoria, limitando o potencial do profissional, tornando-o um autômato da produção de conteúdo. Dito de outro modo, a sensibilidade social que o sujeito jornalista possui deve ser deixada de lado para o exercício de sua profissão, quando esta está a serviço da classe dominante.

Essa subserviência ao poder, no entanto, não está na essência do jornalismo. Trata-se de uma subversão de seus princípios para atender as lógicas de mercado. Marcondes Filho (2000) explica que a prática jornalística nasce em um contexto de ampliação do espaço público, com a queda dos regimes absolutistas e maior circulação ideológica. O autor coloca como princípio da carreira o contexto da Revolução Francesa, que também representou a conquista do direito à informação. Nesse contexto, foram os “primeiros jornalistas” que movimentaram inicialmente esse espaço mais democrático que se abria, fazendo com que mais informação circulasse. A esse contexto, Marcondes Filho nomeia de “primeiro jornalismo”, que se estende de 1789 a meados do século XIX, período fortemente orientado pelos ideais iluministas, “tanto no sentido de exposição do obscurantismo à luz quanto de esclarecimento político e ideológico” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11).

O autor explica que esse primeiro jornalismo era popular, a serviço da luta pela emancipação das classes operárias. No entanto, aos poucos, passa a atender aos interesses das empresas capitalistas. Dava-se início ao “segundo jornalismo”, em que o jornal é uma grande empresa, que persegue finalidades comerciais, mas que, segundo o autor, era um momento fértil, em que “a atividade jornalística reflete o livre jogo das forças políticas. Isso lhe confere uma aparência pluralista” (idem, p. 22).

O jornalismo mergulha numa crise de credibilidade e de identidade a partir do século XX, marcado pelos monopólios empresariais, que consolidam a imprensa de negócios, com as chamadas “tiragens-monstro”. Além disso, a autonomia do jornalismo é ameaçada por crises políticas e econômicas, guerras e governos totalitários. Nesta fase,

afirma Marcondes Filho (2000), a atividade jornalística se divorcia de suas formas históricas. Surgem novos domínios e novas práticas, “em algo que hoje, com dificuldade, ainda se pode chamar de jornalismo” (idem, p. 29).

O “quarto jornalismo”, o atual, começa no final do século XX, com a intensificação da era tecnológica, com a substituição do agente humano pelos sistemas de comunicação eletrônica, e da expansão de mecanismos persuasivos – que o autor chama de indústria da consciência – ao noticiário e à informação. Nesse sentido, argumenta o autor, o jornalismo adequa-se a novo ritmo e lógicas de trabalho: o profissional reduz-se a um executor de tarefas que terceiriza a análise e a interpretação, os assessores de imprensa disseminam conteúdos que se confundem com informação jornalística.

Há quem diga, por outro lado, que tempos de crise são tempos de oportunidade. Assim, há os profissionais que, ao se desvincularem de seus postos de trabalho nas empresas de comunicação, pelo descontentamento ideológico ou pelo desgaste relacionado à própria rotina produtiva, buscam alternativas nas quais poderão exercer um jornalismo que cumpra com um papel social de contribuir com o debate público, com a criticidade e a reflexão plural acerca da realidade. Este é o caso de jornalistas blogueiros, que recorrem a recursos como o de *crowdfunding* para financiar sua produção de conteúdo crítica, autônoma e desvinculada dos meios de comunicação hegemônica (NONATO, 2015).

Nessa perspectiva de busca por sentido no trabalho, consideramos os jornalistas que atuam profissionalmente na interface com a educação, sobretudo no âmbito da educomunicação, conceito sistematizado por Ismar de Oliveira Soares (1999), que observa, no final dos anos 1990, a emergência de um novo campo profissional para comunicadores, em 12 países da América Latina, que, à época, auxiliavam na gestão e execução de práticas educativas a partir de estratégias e repertórios da comunicação.

Além disso, em contexto brasileiro, é significativo o número de profissionais de jornalismo que se identificam como educomunicadores. De acordo com dados que levantamos para a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), 32,7% de seus associados possuem formação acadêmica em jornalismo³, sendo a categoria profissional mais evidente da associação, seguida de pedagogos, licenciados em Letras e em História.

³ Esse dado foi levantado por este pesquisador, junto aos associados da ABPEducom, na qualidade de diretor de Assuntos Profissionais e Formação Continuada, entre janeiro e março de 2017.

Educomunicação como atividade de trabalho de jornalistas

Entendida por Soares (2011) como um campo, a educomunicação é identificada em inúmeras práticas profissionais na interface comunicação e educação, como no trabalho com mídias e novas tecnologias na educação formal ou não formal, na comunicação educativa proposta por veículos de comunicação, nas atividades de formação cidadã de organizações da sociedade civil, entre outras iniciativas. Nesse âmbito, o papel do jornalista tem sido relevante no exercício da educomunicação como atividade de trabalho.

Assim, é importante pensar sobre o sujeito que, na condição de profissional, ressignifica o conhecimento aprendido para colocá-lo a serviço de um campo de interface, propondo métodos e estratégias de atuação que considera dialogarem com a emancipação social. Consideramos, portanto, o jornalismo apto a dialogar com a práxis educacional que, no entanto, não se limita a reproduzir o jornalismo hegemônico tal como se apresenta. Trata-se de um jornalismo reinventado e resgatado em sua deontologia para colocar-se a serviço de uma proposta educativa contra-hegemônica.

Com isso, queremos afirmar que o jornalista-educomunicador não oferece à educomunicação apenas um conhecimento jornalístico. Este detém repertórios e sensibilidades outras, desenvolvidas de modo paralelo ou anterior ao ensino superior, que também são colocadas na atividade educacional. Além de conhecimentos sobre mídias e técnicas de escrita jornalística, esse profissional deve ter, entre outras coisas, competências mediadoras, isto é, a condição de estabelecer o diálogo, de pensar em estratégias educativas, que sensibilizem seu interlocutor para um uso ético dos recursos comunicacionais.

Das sete áreas da educomunicação identificadas por Soares (2011 e 2014), acreditamos que o trabalho do jornalista se aplica, mais evidentemente, a quatro delas: os conhecimentos do jornalista acerca da conjuntura midiática, dos processos comunicacionais, sobretudo da imprensa, das técnicas de apuração da informação, sobre a estrutura dos discursos, entre outros aspectos de seu repertório, servem à área de **educação para a comunicação**, âmbito no qual se desenvolvem processos educativos sobre a comunicação, sobretudo com a intenção de estimular uma leitura crítica acerca de seus conteúdos. Também na área de **pedagogia da comunicação** o jornalista poderá contribuir na gestão/execução de projetos de comunicação, a partir dos quais seus

proponentes visam educar para a cidadania e participação política e social, especialmente de crianças e adolescentes, com metodologias que contemplam o estímulo ao diálogo. O jornalista também contribui com a área de **produção midiática com finalidade educativa**, ao pensar e produzir conteúdos cuja proposta seja a de, explicitamente, educar e não apenas informar.

Por fim, entendemos que o jornalista pode atuar também frente à área de **gestão da comunicação**. Talvez de modo semelhante à área de pedagogia da comunicação, o jornalista coloca à disposição seus conhecimentos teóricos e técnicos a serviço da estruturação de um ecossistema comunicativo que beneficie a todos os envolvidos da comunidade educativa.

Acreditamos que ao atuar no âmbito da educomunicação, o jornalista resgata seu compromisso cidadão, orientado por lógicas adversas à hegemônica, que valoriza a informação em detrimento à comunicação (WOLTON, 2011). Nesse sentido, procuraremos, a seguir, problematizar atuação de jornalistas no âmbito da educomunicação e as percepções desses profissionais acerca de sua própria atividade de trabalho.

Jornalismo redevivo na interface com a educação

No contexto da pesquisa em andamento, acompanhamos, até o presente momento, o trabalho de nove jornalistas em diferentes instituições de comunicação/educação ou de educomunicação. Observamos atividades de quatro diferentes iniciativas⁴:

- Um *coletivo* paranaense composto por três jornalistas com histórico no terceiro setor, em projetos envolvendo comunicação, educação e direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens.
- Um *colégio* particular de Salvador, cuja gestora de comunicação da escola, além de se dedicar à comunicação institucional do colégio, também acompanha e orienta estudantes na produção de rádio escolar e de outros registros midiáticos feitos por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio. A educomunicação integra a política pedagógica da instituição de ensino.

⁴ Optamos por ocultar tanto o nome dos profissionais observados e entrevistados, quanto das iniciativas às quais fazem parte, uma vez que acompanhamos diálogos e situações privadas, sigilosas e delicadas que, no entanto, merecem atenção no contexto da pesquisa e nela serão problematizadas.

-
- Uma *organização* da sociedade civil que atua com educação pela comunicação e que, atualmente, desenvolve projetos junto a adolescentes e jovens em situação de extrema vulnerabilidade social. Observamos o trabalho do coordenador de comunicação da organização, cuja atuação transita entre a gestão institucional ao trabalho de articulação de parcerias e formação de jovens em comunidades de Salvador.
 - Uma *agência/escola*, cuja atividade educativa institucionaliza-se enquanto organização social, que se originou do trabalho de educação para o jornalismo da agência de conteúdo que, mesmo sendo privada, sempre se dedicou a um trabalho social de formação de jovens em territórios periféricos da cidade de São Paulo. Da equipe fixa de sete colaboradores da *agência/escola*, cinco deles são jornalistas de formação. Conseguimos observar três deles em atividade de trabalho.

As iniciativas nas quais se inserem os profissionais observados são, portanto, do setor privado ou do terceiro setor. Com exceção à profissional do colégio, todos os demais profissionais trabalham como pessoa jurídica. Foi possível identificar, no trabalho desses jornalistas, basicamente quatro tipos de atividades: (1) gestão de projetos de educomunicação, (2) formação política e/ou em comunicação/jornalismo de adolescentes e jovens, (3) gestão e assessoria de comunicação e (4) articulação de parcerias institucionais. Nessas ações, evidenciaram-se causas orientadoras de suas práticas, a maioria delas relacionadas à promoção e garantia de direitos humanos de adolescentes e jovens, como: prevenção ao HIV entre adolescentes e jovens, juventude em situação de rua, enfrentamento ao *bullying* e *ciberbullying*, enfrentamento à desinformação (*fake news*) e alimentação como modelo de negócio de grupos da periferia. As áreas da educomunicação que enunciamos anteriormente aplicam-se às atividades desenvolvidas pelos profissionais em seus grupos e instituições.

Os profissionais que atuam nessas iniciativas tiveram experiências públicas e políticas em diferentes momentos de vida – há os que desde a adolescência participam de conferências, movimentos sociais, projetos de comunicação escolar aos que, após formados, decidiram desenvolver projetos de comunicação junto a jovens em bairros periféricos, atividades que atribuíram à comunicação e ao jornalismo um sentido público, voltado necessariamente à emancipação dos sujeitos e à transformação social.

Dos nove profissionais pertencentes às iniciativas mencionadas, apenas uma não se vê como educadora, por entender que o trabalho da *agência/escola* é voltado para

qualificar o próprio jornalismo e que, nesse sentido, o produto final do processo educativo que desenvolvem é fundamental. Para a profissional,

“(...) a minha prioridade não é só o entendimento do que a comunicação significa para aquele ser humano e de como ele pode usar essas ferramentas para se colocar no mundo, mas que essa comunicação precisa surtir algum efeito, que o impacto também está nessa distribuição, em como isso volta para as pessoas (...). O peso do produto para a gente é muito grande, eu estaria mentindo para você se eu dissesse que não. Precisa ter qualidade – e eu estou falando de qualidades comparáveis às do mercado, porque a gente distribui no mercado (...). Por isso que eu não me entendo como educadora, eu me entendo como uma jornalista que está levando essa ferramenta para que mais gente, de fato, possa fazer jornalismo, que isso tem um impacto na comunicação e no indivíduo, com certeza” (JORNALISTA 1 DA AGÊNCIA/ESCOLA).

No entanto, foi possível identificar as áreas de educação para a comunicação e pedagogia da comunicação nos processos desenvolvidos pela agência/escola, seja pela proposta de educar a juventude para o exercício do jornalismo, seja pela condução lúdica e dialogada das atividades formativas. Ainda que não se entenda como educadora, a profissional, cujo papel na *agência/escola* é o de acompanhar tendências e oportunidades para propor projetos, entende que o jornalismo precisa estar a serviço da emancipação das pessoas e foi a partir do desenvolvimento dessa percepção que redirecionou sua carreira a uma iniciativa de educação para o jornalismo. Esse entendimento se deu a partir de um trabalho que desenvolveu junto à sua sócia em um bairro de periferia da zona sul de São Paulo, que deu origem à *agência/escola*. Essa primeira experiência na interface com a educação fez com que seu trabalho numa redação de uma editora deixasse de fazer sentido:

“Eu tinha aquela ilusão, que eu acho que 99% das pessoas que escolhem fazer jornalismo têm, de que elas vão mudar o mundo, de que vão transformar o mundo num lugar melhor. E eu já trabalhava com isso [redação de editora] há muito tempo, pelo menos há uns seis, sete anos e aí quando a gente conseguiu fazer a primeira distribuição da revista que os meninos faziam no Capão, que isso foi para as escolas – foram 3 mil exemplares para 11 escolas da região – e eles voltaram mais críticos daquele processo, de terem feito da pauta até a distribuição e o retorno dos outros alunos do trabalho que eles estavam fazendo (...), que eu entendi que isso fazia mais sentido, que o impacto maior estava aí, em democratizar esse instrumento, essa ferramenta, que é o jornalismo, para que essas pessoas soubessem que elas têm voz, que a voz delas precisa ter um espaço e precisa ser comunicada e que elas precisam ter acesso a esses direitos” (JORNALISTA 1 DA AGÊNCIA/ESCOLA).

Já as falas dos demais profissionais demonstram que a identificação como educadores não anula a identidade de jornalistas que possuem. É como afirma outra jornalista da *agência/escola*, responsável por conduzir as aulas junto aos jovens participantes da escola de jornalismo:

“Eu tenho em mim a comunicação, o jornalismo e a pedagogia. Que me desculpem os pedagogos puristas, os jornalistas puristas e os comunicólogos puristas. Chupa todo mundo, entendeu? Eu peguei o melhor de todo mundo e beijo. Estou um pouco nesse lugar. E quanto mais gente estiver fazendo isso, melhor” (JORNALISTA 2 DA AGÊNCIA/ESCOLA).

Observamos que em todas as instituições ou grupos aos quais pertencem os profissionais há atividades jornalísticas para além das práticas educativas que desenvolvem. A profissional do *colégio*, por exemplo, atua numa assessoria de comunicação que, entre as diversas atividades desenvolvidas, também orienta e acompanha a rádio escolar e outras produções midiáticas desenvolvidas por estudantes da escola. O *modus operandi* que se destaca no *colégio* é de um departamento de comunicação que, mesmo responsável pela iniciativa de educação, trabalha sob uma lógica de produção de conteúdo que requer agilidade e factualidade. A descrição de parte das atividades desenvolvidas pela assessora de comunicação da escola demonstra o seu papel institucional vinculado ao departamento pelo qual é responsável:

“No percurso de dentro do estacionamento até chegar dentro da escola, normalmente já tem mil ligações, 50 mil whatsapps (risos), às vezes algumas abordagens de pessoas, mas que faz parte, porque como eu estou a frente, tenho que responder essas coisas. Aí, quando eu chego, normalmente vejo as mensagens, os e-mails, são quatro e-mails mais ou menos, só da escola, que eu administro, e também o e-mail da ouvidoria, encaminho as coisas que devem ser encaminhadas, as coisas mais sigilosas que têm que fazer. E tudo mais no âmbito mesmo da comunicação” (ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO DO COLÉGIO).

Já as atividades do *coletivo*, cuja atuação se volta com maior intensidade à formação e mobilização de adolescentes e jovens às questões de direitos humanos, também não descartam o jornalismo de seu dia a dia. Ainda que não realizem apuração e produção de conteúdos factuais frequentes (como é o caso do *colégio*), os integrantes do grupo empregam seu repertório jornalístico na finalização de produtos audiovisuais dos quais os jovens que participam de suas formações são coautores, bem como no registro textual ou fotográfico dos processos educativos que medeiam:

“(...) é interessante perceber que esse trabalho da educomunicação, nos nossos processos do coletivo, envolve muito o trabalho de jornalismo, no sentido da produção de conteúdo, produção de roteiro de documentário, produção de entrevista, de notícias que vão para o próprio portal do coletivo” (JORNALISTA DO COLETIVO).

Os jornalistas que trabalham na interface com a educação não abdicam, portanto, da prática jornalística quando se deslocam para atividades formativas. Isso porque essas atividades têm como tema a comunicação e/ou o jornalismo, conhecimentos sobre os quais tratam e que fundamentam metodologicamente suas propostas educativas, uma vez que produzir notícias é uma atividade que faz parte do processo de formação em comunicação desenvolvido pelos profissionais em suas iniciativas, conforme destaca uma das profissionais da *agência/escola*, quando fala de sua primeira atuação na interface com a educação:

“(...) a gente foi fazer uma revista de 16 páginas, quatro cores e um monte de gente caindo dentro. Eu acho que ali eu me senti educadora e também bem jornalista, sabe? Comandando uma redação mesmo, operando o bagulho, e deu certo. Depois disso eu pedi demissão. E falei que eu ia viver disso” (JORNALISTA 2 DA AGÊNCIA/ESCOLA).

Nesse sentido, os profissionais que trabalham na interface com a educação entendem trabalhar com jornalismo, mas acreditam que a redação não é o único lugar de legitimação da carreira. É o que diz o coordenador de comunicação da *organização social*:

“Eu não costumo dizer que eu não trabalho com jornalismo. Eu digo que eu trabalho com jornalismo também, só que não o trabalho de repórter em redação. Mas na organização, como eu coordeno uma área de comunicação, eu faço bastante trabalho de assessoria, principalmente assessoria para as nossas pautas e frentes que realizamos, então eu coordeno essa parte, além de coordenar toda a parte de produção de conteúdo para site, para as redes sociais, para materiais de divulgação” (COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO).

Para esse profissional, o trabalho à frente do departamento de comunicação de uma organização social é mais gratificante que o trabalho em redações, espaços por onde já teve passagem, embora suas primeiras referências do campo da comunicação e do jornalismo foram construídas durante a adolescência, quando participava de um projeto de educomunicação em outra organização de Salvador, o que fez com que este entendesse a comunicação e o jornalismo como campos a serviço da esfera pública:

“Eu acho que esse trabalho que eu faço em organizações da sociedade civil, onde eu tenho atuado desde 2003, que eu comecei como estagiário e estou há 15 anos, é uma potência, o trabalho fica extremamente mais consistente porque eu acredito muito mais fielmente no que eu faço. Lógico que os trabalhos não dão sempre os resultados que eu gostaria, mas eu acho que se desse os resultados que eu gostaria numa outra empresa, trabalhando numa redação talvez eu não me sentiria tão bem como o que eu faço agora. E é por isso que eu não trabalho em redação” (COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO).

É preciso, por fim, destacar a opinião dos profissionais com os quais dialogamos acerca das contribuições da educomunicação à qualificação do jornalismo, isto é, ao resgate do seu compromisso público e de pluralização das vozes no espaço público. Para os sujeitos investigados, a práxis educucomunicativa favorece não apenas a evidenciação do espaço e das questões públicas da sociedade, mas também a construção de um posicionamento de alteridade por parte do jornalista, cujo papel é ser um mediador da realidade. Nesse sentido, destacamos a fala do coordenador da organização social de Salvador:

“Eu acho que se eu não tivesse feito o trabalho como educucomunicador minha formação como jornalista seria capenga. Eu acho que hoje eu posso me dizer um jornalista que consegue vivenciar os dois lados, que consegue, inclusive, escrever um bom texto, ter um olhar de bom texto para o mundo por conta desse trabalho de olhar o outro, enxergar o outro, enxergar a potencialidade do outro, construir com o outro uma visão do mundo e propor a construção coletiva de valores como a educomunicação propõe” (COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO).

Também uma das jornalistas da *agência/escola* entende que o papel do jornalista não é só o de desempenhar as tradicionais funções do jornalismo. Para ela, é preciso que o jornalista se reinvente e o rumo desse processo é feito com diálogo, com a ampliação da capacidade de leitura crítica do mundo:

“O mundo é outro e a faculdade de jornalismo tem que dialogar com o mundo. Mundo louco, cheio de disputa de narrativa, fake news, e a gente está o quê? Treinando para ser repórter da Folha? Ah, para! Tem que baixar os muros mesmo e conversar mais, ter mais espaços de discussão de jornalismo, por isso eu amo os projetos de educomunicação (JORNALISTA 2 DA AGÊNCIA/ESCOLA).”

Considerações finais

Procuramos expor neste trabalho uma análise ainda inicial dos sentidos constituídos por profissionais de jornalismo que atuam na interface com a educação acerca de suas práticas profissionais. Até o momento acreditamos ter pistas do que jornalistas que exercem um trabalho educacional pensam sobre o jornalismo e de como este é exercido nesse novo contexto.

Com essa análise preliminar entendemos que o trabalho do jornalista com educação não apenas não anula sua identidade nem a sua prática jornalística, mas também se revela como um espaço no qual o profissional pode exercer sua personalidade, seu engajamento e compromisso com o estímulo ao pensamento crítico sobre questões sociais e com uma consequente produção midiática mais refletida e que agenda questões para as quais o jornalismo hegemônico não dá importância. Trata-se, portanto, de um campo no qual o jornalista pode exercer um jornalismo semelhante ao que Marcondes Filho (2000) diz ser o “primeiro jornalismo”, comprometido em difundir novos pensamentos, contribuindo para uma compreensão mais plural, rica e complexa da sociedade da época, que desatara os nós do absolutismo.

Nesse sentido, o trabalho educacional também demonstra ser um caminho para que o profissional renormalize sua atividade, uma vez que na interface com a educação consegue explorar sua subjetividade, seu interesse pela transformação social, aplicando seu repertório jornalístico em prol de questões públicas e humanitárias. O corpo-si do jornalista que atua na interface com a educação parece, a partir dos profissionais participantes desta análise, exercer sua subjetividade de maneira mais confortável que um profissional atuante em grandes meios, cujas regras e compromissos oprimem e silenciam as vozes de profissionais desejosos em exercer um jornalismo voltado à agenda dos direitos humanos. Assim, entendemos a educação também como um meio de qualificar o próprio jornalismo, de sensibilizar o sujeito a uma prática profissional alicerçada na alteridade, capaz de despertar sua percepção para aspectos da realidade despercebidos em seu processo de formação.

Referência bibliográfica

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

FÍGARO, Roseli. Atividade de Comunicação e de Trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Fiocruz. v. 6 n.1. mar./2008. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000100007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **História do Jornalismo**. Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

NONATO, Cláudia. Blogs, colaborativismo e crowdfunding: novos arranjos para o livre exercício do jornalismo e a prática da cidadania. In: **Revista Alterjor**, Ano 06, V. 02, Edição 12, jun-dez 2015, ECA-USP,

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e perfil de seus profissionais**. Contato, Brasília: Senado Federal, n. 2, 1999.

_____. **Educomunicação**. O conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. In: **Comunicação & Educação**, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15-26, jul/dez. 2014.